



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D.O.E. n.º 31.626  
de 17/03/10, à 14h15  
do 4

**RESOLUÇÃO Nº 9723/2010/TCM/PA**

**REGULAMENTA O FUNDO DE  
MODERNIZAÇÃO, REAPARELHAMENTO E  
APERFEIÇOAMENTO DO TRIBUNAL DE  
CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO  
PARÁ – FUMREAP.**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO  
PARÁ, no uso de suas atribuições legais e regimentais;**

**CONSIDERANDO a instituição do Fundo de Modernização,  
Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do  
Estado do Pará, através da Lei nº 7.368, de 29/12/2009;**

**CONSIDERANDO que o art. 8º da Lei nº 7.368/2009 dispõe que  
competete ao Tribunal de Contas dos Municípios, baixar as instruções necessárias à  
estruturação, organização, arrecadação de receitas e funcionamento do Fundo,  
estabelecendo os limites de atuação de seu gestor, e;**

**CONSIDERANDO a proposição da presidência, constante da Ata  
da sessão realizada nesta data;**

**RESOLVE:**

**Art. 1º – Constituem fontes de recursos do Fundo de  
Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos**

*[Assinaturas manuscritas em azul e marrom]*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicação n.º	31.626
de	17.03.10, a 14.05
do	4.º termo.

Municípios as receitas previstas no art. 3º da Lei nº 7.368/2009 e outros recursos que forem legalmente destinados.

§ 1º – A arrecadação das receitas previstas no art. 3º, incisos II, III e IV da Lei nº 7.368/2009 será efetuada através de boleto bancário, emitido pelo Tribunal de Contas dos Municípios ou por outro meio que venha a ser disponibilizado;

§ 2º – O valor da taxa decorrente do fornecimento de cópias de peças processuais e /ou documentos prevista no art. 3º, II da Lei nº 7.368/2009 é fixado em R\$ 0,15 (quinze centavos) por folha;

§ 3º – O valor fixado no parágrafo anterior será atualizado anualmente, com base na variação acumulada, no período, pela taxa Selic ou outro índice que a substitua;

§ 4º – A intimação do interessado da decisão que lhe impôs a multa prevista no art. 57 da Lei Complementar nº 25/94 será acompanhada da guia de recolhimento do montante devido, no prazo de 30 (trinta) dias;

§ 5º – As multas recolhidas fora do prazo serão atualizadas pela taxa Selic ou outro índice que a substitua;

§ 6º – Expirado o prazo para recolhimento das multas, sem manifestação do responsável, a Presidência autorizará a cobrança judicial da dívida, nos termos do art. 71 § 3º da Constituição Federal;

Art. 2º – O FUMREAP terá orçamento anual próprio, aprovado pelo Plenário conjuntamente com o orçamento deste Tribunal de Contas, cabendo à Presidência implementar as alterações que se fizerem necessárias no curso da sua execução.

*[Assinaturas manuscritas em azul e marrom]*



ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D.O. 31.626  
de 17.03.10, à p. 14815  
do 4º caderno.

**Art. 3º – Compete ao Presidente do Tribunal de Contas dos Municípios, na qualidade de gestor do FUMREAP:**

- I. Planejar as atividades institucionais do fundo para cada exercício financeiro, cujos projetos, para execução, devem ser submetidos ao Plenário do Tribunal;
- II. Gerir e movimentar os recursos do Fundo;
- III. Acompanhar a execução e avaliar os resultados dos projetos aprovados;
- IV. Encaminhar e apresentar ao Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios, trimestral e anualmente, relatórios de suas atividades;
- V. Prestar contas anualmente de sua gestão, nos termos do art. 7º da Lei nº 7.368/2009, no prazo de 60 dias após o encerramento do exercício financeiro.

**Art. 4º – A Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios poderá delegar as atribuições elencadas no artigo anterior para Conselheiro desta Corte de Contas.**

**Art. 5º – As contratações de obras, serviços, compras e alienações serão precedidas de processo licitatório, ressalvados os casos especificados na legislação.**

**§ 1º – As licitações serão realizadas por Comissão designada pela Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios, podendo ser composta por servidores vinculados à Comissão Permanente de Licitações do TCM/PA.**

**Art. 6º – A Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios**





ESTADO DO PARÁ  
TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS

Publicado no D.O. 3p. 626  
de 17.03.10, e 14815  
do 4 caderno.

poderá designar servidores para prestarem suporte técnico e administrativo ao Fundo, sem que tal designação enseje o pagamento de qualquer remuneração adicional.

Art. 7º – A Presidência do Tribunal de Contas dos Municípios, através de Portaria, poderá baixar normas complementares à operacionalização do FUMREAP.

Art. 8º – Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em 09 de março de 2010.

  
Conselheira Presidente Rosa Hage

  
Conselheiro José Carlos Araújo

  
Conselheira Mara Lúcia Barbalho

  
Conselheiro Alcides Alcantara

  
Conselheiro Aloísio Chaves

  
Conselheiro Daniel Reis Junior

  
Conselheiro César Colares